

COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE: TEORIA E MÉTODO

Lavina Madeira Ribeiro

RESUMO

O conceito de comunidade tem sido retomado, em diferentes autores, essencialmente, como uma alternativa à clássica questão da tensão entre liberdade e coação na modernidade. Por caminhos semelhantes, estes autores têm relevado a importância fundamental deste conceito como forma de superação dos impasses deixados pelas ameaças correntes de perda de identidade, fragmentação da experiência, da globalização e dos demais fenômenos disruptivos que estão na agenda do debate social contemporâneo. O presente ensaio expõe as recentes abordagens dadas ao conceito de comunidade e tece suas implicações no âmbito específico do pensamento sobre a comunicação. Importa, sobretudo, na área da comunicação, como ampliar, em teoria e método, as reflexões sobre as tendenciais configurações atuais da prática comunicativa.

Palavras-Chave: comunidade, comunicação, teoria e método

ABSTRACT

The concept of community has been thought, by many different authors, essentially, as an alternative way in front of the problem of the tension between liberty and constraint in modernity. By similar ways, these authors see the fundamental importance of this concept as a form to overcome the threatens of the lost of identity, the break up of experience and globalization. It matters, specially, its contribution to the field of communication theory and method.

Key Words: community, communication, theory and method

Lavina Madeira Ribeiro Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB. Membro do Programa de Mestrado e Doutorado, na linha de pesquisa "Comunicação e Política". Autora de inúmeros artigos e com dois livros lançados em maio de 2004, *Imprensa e Espaço Público - A Institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1960*, RJ, E-Papers, 384p. e *Ensaio sobre Comunicação, Cultura e Sociedade - Debates Contemporâneos*, RJ, E-Papers, 364p.

O presente ensaio expõe as recentes abordagens dadas ao conceito de comunidade, assim como ele tem sido apresentado na literatura sociológica recente e tece, em seguida, as implicações teórico-metodológicas do novo tratamento dado a este conceito no âmbito específico do pensamento sobre a comunicação. Importa, sobretudo, na área da comunicação, como ampliar, em teoria e método, as reflexões sobre as tendenciais configurações atuais da prática comunicativa e suas possibilidades de ação orientada pelos seus propósitos de ampliação qualitativa de suas finalidades institucionais. O presente ensaio expõe algumas questões teóricas fundamentais para a realização destas reflexões. Entende-se aqui por instituições de comunicação aquelas estruturas de comunicação, tais como as emissoras de televisão, rádios, meios impressos, jornais e revistas que constituem o espaço público comunicativo.

COMUNIDADE: A FORÇA DO CONCEITO

O conceito de comunidade tem sido retomado, em diferentes autores, essencialmente, como uma alternativa à clássica questão da tensão entre liberdade e coação na modernidade. Por caminhos semelhantes, estes autores têm relevado a importância fundamental deste conceito como forma de superação dos impasses deixados pelas ameaças correntes de perda de identidade, fragmentação da experiência, da globalização e dos demais fenômenos disruptivos que estão na agenda do debate social contemporâneo. O sentido em que o conceito é atualmente explorado, concerne, conforme a distinção básica apresentada etimologicamente por Raymond Williams, tanto ao sentido de interesse comum, de compartilhamento de valores, práticas e bens simbólicos, quanto, também, à "materialização de formas variadas de organização"¹

Um dos autores que tem defendido com bastante ênfase estas acepções do conceito de comunidade é Alain Touraine², no que ele denomina de necessidade de "recomunitarização" das sociedades contemporâneas para fazer frente ao crescente processo de "incomunicação" deflagrado pela globalização e seus mecanismos de privatização da esfera pública. Segundo o autor, diante do enfraquecimento das instituições tradicionais como a família, a língua, a educação e a memória, assim como das normas sociais e da vida política, vive-se uma situação limite de dessocialização, de fragmentação da identidade cujos resultados são o fim do sujeito e da sua incapacidade de reagir à hegemonia crescente das grandes estruturas financeiras, tecnológicas e midiáticas globais.

Para Touraine, o sujeito perdeu sua cidadania ao ser transformado em mero ator econômico. O Estado, por sua vez, já não tem domínio político sobre as interferências da globalização, nem sobre a perda de identidade dos indivíduos. Perdeu sua capacidade de integrar, de regular e de conduzir um projeto democrático de vida social. O mercado também não tem relação direta com as demandas de natureza social, é regido pela concorrência, é desequilibrado e desigualitário. Neste cenário, segundo o autor, resta apenas a alternativa do que ele denomina de defesa de uma "política do sujeito", de uma política de proteção institucional de

iniciativas e valores comunitaristas. Viver comunitariamente significa partilhar a resistência à fragmentação da personalidade, mobilizar-se tecnológica e economicamente para realizar uma vida ancorada na identidade de experiências coerentemente vividas.

Habermas, do mesmo modo, preocupado essencialmente com as condições de autogovernabilidade dos Estados de direito democráticos, quando confrontado, em momentos distintos de sua obra, com a questão da exequibilidade da noção de esfera pública, da formação de consensos ou de um mundo regido pela ação comunicativa, reconhece que muitos são os impasses e desafios. Quando comenta, trinta anos depois de ter formulado o modelo de esfera pública suas atual existência, reconhece que "o conceito de modernidade não está mais ligado a nenhuma promessa de felicidade"³ Em outra reflexão mais filosófica sobre a origem da modernidade, Habermas a associa à emergência de uma "consciência temporal" que opõe o moderno ao antigo e inaugura uma concepção histórica processual da vida, cujo horizonte é um futuro que não pode ser previsto.⁴ Em outro momento diz que estamos diante de "um mundo da vida que perde de modo perturbador os seus traços de confiança, de transparência e de fidelidade"⁵. Neste ambiente ausente de utopias e minado de imprevisibilidades históricas, Habermas insiste na defesa da cidadania política e, dentro disto, na formação de ativas esferas públicas políticas que, segundo o autor, requerem mais do que garantias constitucionais para existirem, requerem, sobretudo, o ancoradouro de tradições e identidades culturais, de modelos de socialização e uma população acostumada à liberdade.

Quando se detêm à descrição das formas de ressurgimento destes cidadãos, o autor denomina este processo de "procedimentalização da soberania popular", que se materializa em "comunidades jurídicas"⁶ auto-organizadas. Uma definição nova para a noção de sociedade civil, onde a dinâmica da cidadania ocorre, segundo Habermas, em redes comunicacionais que atuam formal (dentro do parlamento) ou informalmente (fora do parlamento), mas que têm ainda no Estado o fim último de legitimação de suas demandas.

Estas comunidades são formadas de formas variadas, baseadas em interesses comuns e movimentos organizados, que partem dos mais variados setores da vida social e ganham consistência na sua capacidade argumentativa de defesa dos seus propósitos. Viver dentro destas comunidades é um processo contínuo de aprendizado de formação informal de opinião e vontade, assim como de formação discursiva da vontade. Estas comunidades são, a princípio, ilimitadas quanto à origem de seus integrantes e quanto às temáticas abordadas. Para Habermas, somente estas comunidades jurídicas podem efetivamente sustentar a unidade das sociedades contemporâneas, podem torná-las integrativas e enfrentar as forças disruptivas da vida atual. O Estado, segundo o autor, não tem mais em suas mãos poder de legitimação de políticas integrativas que não partam de uma decisão tomada na esfera pública política.

Em resumo, segundo Habermas, a política estatal cumpre hoje, essencialmente, uma função de normatizar expectativas de direitos. E isto se vincula à permanência do princípio da legitimidade do Estado como instância democrática. No debate sobre a crise do Estado de direito, o autor aponta para a evidência de uma

sobrecarga advinda da necessidade de intervir em campos pressupostamente auto-reguláveis, como o econômico⁷ Suas formas de legitimação precisam aprender a conviver com instâncias que têm crescentemente alargado sua legitimidade pública fora do Estado, - ele cita como exemplo as grandes organizações, associações diversas, corporações, a mídia, entre outras - assumindo um poder caracteristicamente público de ação social. O que está em crise, entre outros fatores, é o "velho problema do direito regulador"⁸, que subsume para si o exclusivismo da administração das tarefas de regulação de toda a vida social. Para o autor, a solução está no projeto de comunidades politico-jurídicas auto-organizadas.

Do ponto de vista cultural, quando a questão da globalização e de suas ameaças de homogeneização dos tempos, espaços e culturas, Stuart Hall reflete especificamente sobre a força das comunidades étnico-culturais como elementos de resistência, de oposição e de alternativa ao poder hegemônico das grandes corporações transnacionais. Comunidades são lugares onde se observa, segundo o autor, o exercício da diferença. Comunidade, segundo o autor, "reflete precisamente o forte senso de identidade grupal"⁹ destas minorias étnicas e culturais. Pode haver, segundo ele, um certo idealismo das comunidades quanto à força integrativa de seus valores étnicos, dado que, muitas delas são marcadas por fortes misturas e sincretismos, entretanto, é reconhecível que "elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir"¹⁰.

O fato é que, segundo o autor, vivemos em comunidade, mais especificamente, em comunidades "híbridas", termo tomado de empréstimo da obra de Homi Bhabha, que compreende a idéia de uma comunidade cuja cultura se conforma dinamicamente em um processo contínuo de ambivalências, antagonismos, negociações, conflitos, dissonâncias e disjunções de significações¹¹. Esta perspectiva, de certo modo, reitera a idéia de que o sujeito não está absolutamente desenraizado e deslocado em relação a um acervo identitário dado, pois que pertence, em maior ou menor intensidade, a uma comunidade de referência.

A defesa da idéia de comunidade como ancoradouro identitário dos sujeitos contemporâneos está presente na obra mais recente de Zygmunt Bauman, um autor que vem, nos últimos anos, traçando o percurso dos processos transformadores da globalização e que, nesta última abordagem fala da necessidade da comunidade como fonte de segurança identitária. Lugar onde os indivíduos compartilham interesses comuns, bens simbólicos, valores e práticas sem necessariamente assumirem compromissos de engajamento para além dos contornos daquilo com o qual se identificam. Tais comunidades não exercem sanções contra os que dela deixam de participar, não são também coercitivas. São instâncias fluidas que aparecem e desaparecem no movimento das transformações identitárias e dos objetos que lhes servem de atenção. Elas podem se formar em torno de eventos artísticos ou de problemas sociais.

Conforme o autor, o exemplo das comunidades estéticas, aquelas que se formam em torno de um ídolo ou de um evento artístico, é o que mais se aproxima do modelo de comunidade capaz de lograr a experiência da identidade compartilhada livre de coações e de processos de exclusão. A característica destas comunidades, como a estética, por exemplo,

é a natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Os laços são descartáveis e pouco duradouros. Como está entendido e foi acertado de antemão que esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos. Uma coisa que a comunidade estética definitivamente não faz é tecer entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e, portanto, de compromissos a longo prazo. Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente 'vínculos sem conseqüências'.¹²

O oposto à idéia de comunidade é a noção de gueto. Para Bauman, um gueto "não é um viveiro de sentimentos comunitários. É, ao contrário, um laboratório de desintegração social, de atomização e de anomia (...) gueto quer dizer impossibilidade de comunidade"¹³. O que está em questão é a crítica do autor a um tipo de comunitarismo que ele denomina de "ético", por oposição ao "estético", cujas diferenças estão na inflexibilidade do primeiro, na exigência de compromissos, de direitos inalienáveis, na presença de normas que, no conjunto, formam uma camisa-de-força que navega em sentido contrário às forças predominantes na sociedade contemporânea, marcada por uma "liquidez" em que só se deve imaginar processos de aprendizado identitário dentro de um espaço livre de fronteiras normativas, de rótulos culturalistas, étnicos e outros. Uma das dificuldades que o autor aponta na noção "ética" de comunidade, pode ser observada, por exemplo, nos movimentos de direitos humanos, em torno da reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo em que tais comunidades arregimentam-se em busca do reconhecimento de seus direitos, criam barreiras que, segundo o autor, "estimulam a produção e a perpetuação da diferença, e os esforços para construir uma comunidade em torno"¹⁴.

Comunidades sejam culturais ou políticas, segundo Bauman, precisam conviver com a busca da maximização da liberdade individual, com a experiência da indeterminação, com a inexistência de fronteiras, e, sobretudo, com o pluralismo, pois que só por esse caminho se atinge o que o autor denomina de "universalidade da cidadania" e a conformação de uma "humanidade comum". Citando o autor, "a universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana: mas o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade."¹⁵

COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE: INTERFACES

Partindo da premissa de que as instituições de comunicação são, potencialmente, lugares de formação de identidade, de reconhecimento comum e de cidadania, há que se considerar a medida em que elas constituem comunidades, ou seja, reúnem um público que participa de um processo comum de compartilhamento de valores, práticas e bens simbólicos. Há, basicamente, duas perspectivas para a reflexão sobre a natureza comunitarista das instituições de comunicação. Por um

lado, dentro de uma visão integrativa, elas são instâncias onde se realizam processos de aprendizado, de formação universalista de valores éticos igualitários e libertários. Por outro lado, numa visão desintegrativa, elas são agentes privatizadores do interesse comum, fragmentadoras da subjetividade, responsáveis por mecanismos de desencaixe, de desconexão e descontinuidade de sentidos, além de contribuírem para o segregacionismo, a exclusão social e a negação da vida cidadã.

As instituições de comunicação, portanto, lidam com dois pólos distintos de variáveis, tanto no que concerne à construção de espaços públicos igualitários ou à dissolução destes mesmos espaços. A comunicação é uma prática cultural e política e cabe refletir como ela se relaciona com as questões da cidadania, da identidade e do humanismo em um mundo globalizado. Diante do enfraquecimento das tradicionais instituições familiares, educacionais e das normas sociais, cresceu, sobremaneira, o poder de influência socializadora das instituições de comunicação. Entretanto, como instituição presa à lógica instrumental do mercado, ela carrega uma ambigüidade intrínseca à sua própria ação institucional. Como se relacionar com as rupturas da vida social, com as demandas do capital, os conflitos multiculturais, com a segregação, o racismo e a violência?

Estes mesmos autores que ora revigoram o conceito de comunidade, vêem nas instituições de comunicação um lugar primordial para a efetividade destas novas funções da experiência comunitária. Vêem, mais propriamente, que tais instituições são, por excelência, lugares de exercício deste comunitarismo. Alain Touraine afirmou que as instituições de comunicação aceleraram o processo de dessocialização dos indivíduos, criando um tipo de intervenção social sem responsabilidades, direitos e deveres, mas quando imagina a viabilização do que denominou de "recomunitarização" da vida social, inclui, a comunicação como instância central neste processo. O sujeito é, para o autor, ao mesmo tempo, um "movimento social" onde se pode resistir aos processos desintegrativos da experiência, da subjetividade, aos conflitos raciais, étnicos e, sobretudo, aos mecanismos dessocializadores oriundos do mercado, do mundo tecnológico e informacional. Viver juntos deve ser mais do que uma coexistência, deve promover espaços éticos comuns onde haja o compartilhamento da experiência social e, dentre estes espaços, está o da comunicação.

A comunicação tem grande visibilidade no mundo contemporâneo participando expansivamente dos processos reflexivos da sociedade de risco. Segundo Ulrich Beck a sociedade de risco surgiu a partir dos efeitos colaterais e das ameaças cumulativamente produzidos pela sociedade industrial. Ela forja uma "modernização reflexiva" em toda a sociedade - onde ela se defronta com ameaças não absorvidas pelo industrialismo e o modelo clássico de sociedade industrial, cujos ícones de progresso são o capital, a tecnologia e o mercado¹⁶. As instituições de comunicação basicamente expõem a dinâmica deste autoconfronto. Expõem exatamente aqueles momentos de ruptura onde os riscos reais e potenciais ameaçam os limites sociais de segurança dos indivíduos e das instituições.

Segundo Ulrich Beck, "a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social"¹⁷. Estas definições são extensiva e ostensivamente construídas pelas

instituições de comunicação e, neste sentido, elas participam desta modernização reflexiva e se constituem em si em instituições que produzem a sua própria reflexividade. Estão na pauta diária dos discursos jornalísticos, dos documentários e outros gêneros informativos questões relativas a todas as ordens sociais e naturais. Questões emergentes sempre em função de problemas gerados pelo curso do processo industrial das sociedades contemporâneas, cujas rupturas e ameaças dizem respeito a um largo espectro de variáveis, tais como recursos naturais, recursos produtivos, como a divisão social do trabalho, recursos culturais, concepções políticas, jurídicas, científicas, costumes e concepções de vida.

Como os riscos emergem simultaneamente com as decisões e opiniões formuladas no meio social, as instituições de comunicação estão sempre se autoconfrontando com estes riscos. Interessa, em particular, como elas podem, neste ambiente, ser em si, um espaço que comunitarize a experiência de refletir sobre os riscos da sociedades contemporâneas, impedindo que suas ameaças, expostas pelas instituições de comunicação, levam a uma dinamitação da formação de comunidades de comunicação, pois que as ameaças evidentes e imaginadas são construídas pela discursividade pública.

Conforme Ulrich Beck, a sociedade torna-se reflexiva quando "ela se torna um tema e um problema para si própria"¹⁸. É, sobretudo, no ambiente das instituições de comunicação que são realizadas tais tematizações e problematizações, no contexto do que ele denomina de uma "discursividade pública da experiência"¹⁹, profundamente presa da ação das instituições de comunicação.

Cabe às instituições de comunicação gerar ambientes de reflexividade que fazem uma fonte comunitarista com a esfera da experiência da vida cotidiana. As dúvidas e perguntas fomentadas por esta discursividade devem advir desta forte ligação compartilhada de interesses, dúvidas e questionamentos comuns, partilhados no convívio comunitário da comunicação, onde a materialização de riscos e ameaças se desdobra em inúmeras questões fornecendo um campo quase irrestrito de temáticas e possibilidades de problematização pública e comunitária. A esfera política onde as instituições de comunicação tecem a relação entre riscos e opiniões está fincada na experiência da vida cotidiana, onde são tomadas decisões, feitas escolhas, num plano essencialmente comunitário da experiência social.

As instituições de comunicação invadem desde este plano mais íntimo e particular da vida individual àquele das grandes organizações públicas e privadas. Seu espectro de atuação é amplo e cada vez mais presente, devido à sua crescente sofisticação tecnológica. Formam, segundo Scott Lash, "novas comunidades de informação e comunicação"²⁰ baseadas em sistemas especialistas, cuja racionalidade opera sobre as significações compartilhadas no sentido de reparar suas rupturas. Os discursos dos especialistas vêm reparar estas quebras na rotina de segurança da vida cotidiana como discursos legitimadores desta rotina. Muitas vezes, entretanto, cabe observar que as instituições de comunicação nem sempre atuam como agentes reparadores de rupturas. Intervém antecipadamente criando realidades e fatos.

Há uma interessante ponte a ser traçada entre a noção de reflexividade de Anthony Giddens, e o atributo de segurança conferido ao conceito de comunidade

por Zygmunt Bauman. Em comum, eles têm o fato de que, em ambas as formulações, a experiência, a vivência concreta da sensação de segurança, ou, mais propriamente, de segurança ontológica, como a define Giddens, se realiza, em grande medida, no âmbito do espaço comunicativo. Para Giddens, o conhecimento científico tem substituído a tradição no movimento de busca dos indivíduos por fontes de segurança ontológica. A insegurança gerada pelas transformações sociais e suas rupturas de estruturas tradicionais é enfrentada pela absorção de sistemas abstratos de conhecimentos - teorias, conceitos e descobertas - que, apesar de voláteis, mantém níveis aceitáveis de segurança e ordem. Segundo Giddens, "em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica"²¹.

A especificidade da perspectiva de Giddens está no fato de que a experiência de segurança ontológica vivida pelo público se baseia no parecer dos sistemas especialistas. Se, para Giddens, a ciência, os sistemas abstratos, a tecnologia têm papel central na experiência, no modo sobretudo como indivíduos leigos se atualizam sobre questões de relevância pessoal e pública, ao que tudo indica, ele se baseia em evidências advindas, seja do modo como o mundo sistêmico, econômico e tecnológico absorve suas crises, como diz Habermas, auto-aplicando retroativamente procedimentos resultantes de suas próprias leis internas, sem prestar contas às repercussões de seus sistemas funcionalmente diferenciados para setores mais amplos da sociedade, seja em razão do recurso ao conhecimento científico como fonte legitimadora da discursividade pública política e comunicativa, por mais provisórios, parciais e superficiais que sejam os termos deste recurso²².

O termo comunidade também se aproxima do ambiente comunicativo particularmente quando referido às comunidades virtuais criadas nos circuitos comunicativos da Internet. Neste campo, há uma vasta literatura que trata sobre a natureza destas comunidades, potencialidades e limitações. Interessa, sobretudo, aqueles momentos em que elas, assim como define Bauman, se conformam de forma espontânea e compartilham interesses comuns sem coações e fronteiras pré-estabelecidas. Aqui é oportuno tratar da noção de interatividade e da medida em que ela favorece situações de igualitarismo e inclusão social.

CONCLUSÃO

IMPASSES E DESAFIOS

Pensar o potencial das instituições de comunicação como formadoras de comunidades comunicativas implica buscar, no estudo empírico, situações em que estas variáveis apontadas pelos autores efetivamente se configuram e em que medida, com que grau de limitação e com que contornos. Pois que, a princípio, pesa sobre estas instituições atributos disruptivos intrínsecos à sua condição institucional que podem inviabilizar a materialização desta experiência comunitária. Há estudos, por exemplo, na radiografia do comportamento da televisão brasileira que demonstram claramente a fraqueza da intervenção pluralista e renovadora da sua discursividade. Estudos outros, como, por exemplo, sobre a cobertura norte-americana da guerra contra o Iraque²³, também reiteram o parcialismo e a falta de

isenção do discurso comunicativo.

Muitas vezes não é possível optar entre viver dentro de comunidades igualitárias, abertas e plurais ou dentro de sistemas da sociedade de consumo e de sua lógica de mercado. Do ponto de vista da reflexão teórica, entretanto, cabe explorar as potencialidades desta primeira via no ambiente das instituições de comunicação.

NOTAS E REFERÊNCIAS

¹ Diz Williams, "Community can be warmly persuasive word to describe an existing set of relationships, or the warmly persuasive word to describe an alternative set of relationships" Em WILLIAMS, Raymond. *Keywords - A vocabulary of culture and society*. Revised Edition, New York, Oxford University Press, 1983.

² Em particular, na obra TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

³ Em HABERMAS, Jürgen. "Further Reflections on the Public Sphere", CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachusetts, MIT Press, 1992.

⁴ Segundo Habermas, "a história é então experienciada como um processo abrangente de geração de problemas - e o tempo, como recurso escasso para o domínio desses problemas que são empurrados para o futuro". Em HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional - Ensaio políticos*. SP, Littera Mundi, 2001, p. 169.

⁵ HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia - entre facticidade e validade*. VOL II. RJ, Tempo Brasileiro, 1997, p. 172.

⁶ Idem, p. 25.

⁷ Idem, p. 177.

⁸ Idem, p. 188.

⁹ HALL, Stuart. "Questão Multicultural", em HALL, Stuart. *Da diáspora - identidades e mediações culturais*. . SOVIK, Liv (org.) Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Brasília, Unesco, 2003, p. 65.

¹⁰ Idem, p. 65.

¹¹ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*.. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

¹² BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 67.

¹³ Idem, p. 111.

¹⁴ Idem, p. 71.

¹⁵ Idem, p. 126.

¹⁶ BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização reflexiva - Política, tradição e estética na ordem social moderna*. SP, Ed. Unesp, 1997, p. 16. Segundo Beck, "'modernização reflexiva' significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema industrial", p. 16.

¹⁷ Idem, p. 17.

¹⁸ Idem, p. 19.

¹⁹ Idem, p. 44.

²⁰ LASH, Scott. "A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade", em BECK, U., GIDDENS, A. LASH, S. *Modernização reflexiva. Op. cit.*, p. 182.

²¹ GIDDENS, Anthony. "A Vida em uma sociedade pós-tradicional", em BECK, U., GIDDENS, A. LASH, S. *Modernização reflexiva. Op. cit.*, p. 100.

¹²² Em ensaio sobre a noção de "risco", Giddens refere-se, em várias passagens, à atitude dos governos justificando suas políticas com base em dados científicos e às escolhas dos indivíduos também baseadas em informações desta natureza. Ver GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado - O que a globalização está fazendo de nós*. RJ, Record, 2000, pp 40-41.

²³ Vide "A Guerra do Golfo: Uma Leitura", em KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização reflexiva - política, tradição e estética na ordem social moderna*. SP, Ed. Unesp, 1997.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachusetts, MIT Press, 1992.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado - O que a globalização está fazendo de nós*. RJ, Record, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional - Ensaio político*. SP, Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia - Entre facticidade e validade*. VOL II, RJ, Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora - Identidades e mediações culturais*. . SOVIK, Liv (org.) Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Brasília, Unesco, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001..

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords - A vocabulary of culture and society*. Revised Edition, New York, Oxford University Press, 1983.